



PARTIDO

GRUPO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO N.º 488/VII (2.a) - AC

2.ª JUNTA DE REGISTAR

E REAFICADO

28.01.87

Duarte Pacheco

REQUERIMENTO

Exmo. Senhor
Primeiro Ministro

1. No último debate parlamentar com a presença de V. Exa. tive oportunidade de o questionar acerca das intenções do Governo acerca do estatuto da GNR e de eventuais alterações que o Executivo entenda introduzir-lhe.

Apesar de não ter obtido resposta, a questão mantém-se pertinente, por duas razões essenciais:

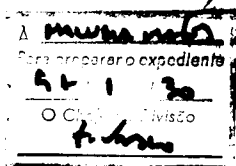
- a primeira, por decorrência da situação vivida na PSP e dos propósitos do Governo - embora ainda pouco claros - em relação ao estatuto futuro desta Força de Segurança. É óbvio para todos que alterações no estatuto da PSP terão, na prática, efeitos de arrastamento para a outra Força de Segurança, a Guarda Nacional Republicana;

- a segunda razão prende-se com afirmações recentes, nunca desmentidas, produzidas pelo Inspector Geral da Administração Interna, quando veio a público defender a desmilitarização da GNR e alterações profundas no seu actual estatuto e regulamento disciplinar.

Neste quadro de referências, requeiro ao Senhor Primeiro Ministro, me informe:

- a) Estão, ou não, previstas alterações no estatuto orgânico da GNR?
- b) Em caso afirmativo, que alterações?
- c) Pretende o Governo promover a desmilitarização da GNR, total ou parcial?

2. Também em declarações publicadas na Imprensa, o mesmo Inspector Geral da Administração Interna, já nomeado por este Governo, afirmou, designadamente, o seguinte:



- primeiro, que não há necessidade de mais agentes na rua e que os que existem são perfeitamente suficientes.

- segundo, que é defensor da consagração legal de Sindicatos na Polícia.

Ora, o Governo tem vindo a assumir posições distintas das proclamadas pelo IGAI. Quanto à primeira questão, o Governo tem tido mesmo uma opinião totalmente contrária, sustentando a imperiosa necessidade de reforçar os contingentes de agentes policiais. Quanto à segunda, e apesar de as posições do Governo serem menos claras, parece existir também alguma contradição.

Todas estas questões - desmilitarização da GNR, sindicalização da Polícia e orientação quanto ao número de agentes policiais - são, como é óbvio, questões importantes, estruturantes do sistema policial e estratégicas do ponto de vista do Estado de Direito que é o nosso.

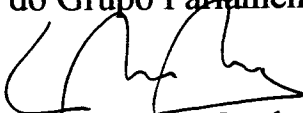
Que haja, a respeito delas, posições distintas na sociedade, é algo de natural num País democrático. Que haja, a respeito delas, posições distintas e contraditórias mesmo entre o Governo e o Inspector Geral por si nomeado é que já parece algo de anormal, indiciador de hesitações e oscilações da política que, em matéria crucial da autoridade do Estado, são profundamente negativas.

Neste sentido, requeiro, nos termos regimentais, do Governo a seguinte informação:

- Sustenta o Governo as posições publicamente expressas pelo IGAI que nomeou?

Palácio de S. Bento, 28 de Janeiro de 1997.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD,



Luís Marques Mendes